

PROGRAMA DE UNIDADE REVOLUCIONÁRIA

A actual crise política resulta da manutenção no processo revolucionário de um conjunto de contradições que são aproveitadas pelas forças reaccionárias internas, reagrupadas à volta das posições social-democratas da cúpula do PS, e pelas forças imperialistas americanas e europeias que interferem claramente na luta política em Portugal, utilizando como pontas de lança os partidos social-democratas da Europa, confrades do partido de Soares na Internacional Amarela.

A realização das eleições para a Constituinte com os resultados que se anteviam foi uma vitória da reacção interna e externa apostada em utilizar agora a expressão que as urnas burguesas apontaram para tentar inverter o processo político. Para tal utilizam provocações (como as do 1.º de Maio)

e pretextos (como o da luta dos trabalhadores de o «República» contra a orientação contra-revolucionária do jornal).

Com efeito, num momento em que as massas populares continuam a não estar organizadas em estruturas que garantem o exercício do seu poder (tais estruturas só embrionariamente existem e com algumas incorrecções de prática) num momento em que a vanguarda revolucionária permanece dividida e desorganizada, a reacção capitalista interna e externa espera poder utilizar as crises políticas que vai provocando para, no quadro de uma situação de crise económica grave, tentar lançar trabalhadores contra trabalhadores, militares contra militares, minando a construção da unidade revolucionária das massas trabalhadoras, os soldados, marinheiros e

oficiais revolucionários.

RESOLVER AS CONTRADIÇÕES PARA VENCER A CRISE

Deste modo, numa situação de agudização da crise económica, caracterizada por uma inflação que só ilusoriamente está controlada, por um agravamento nos despedimentos que poderá ser brutal a curto prazo (construção civil, indústrias têxteis, montagem de automóveis, etc.), por uma paralisação quase completa dos investimentos, por uma degradação na situação de numerosas empresas com dificuldades de financiamento, abastecimento de matérias-primas, e escoamento de produção, por um processo galopante de esgotamento das divisas pela acentuação da desequilíbrio da balança comercial e balança de pagamentos, as contradições do processo revolucionário agudizam-se cada vez mais. Eis algumas das principais:

A contradição entre a necessidade de unificação revolucionária da vanguarda política e as manobras partidárias tendentes à introdução da divisão no seio das massas populares e no seio dos soldados e marinheiros.

A contradição entre a necessidade de construção de órgãos revolucionários de Poder Popular e a tática reformista de instrumentalização das organizações de massas a interesses partidários.

A contradição entre o projecto revolucionário socialista e a permanência de instituições que paralisam o avanço desse projecto (órgãos de poder de Estado burgueses, partidos burgueses, leis burgueses); um governo de conciliação de classes e uma constituinte contra-revolucionária são os casos mais evidentes que espelham esta contradição, mas não são os únicos.

A contradição entre o projecto revolucionário, de independência nacional e a manutenção de relações de dependência servil aos níveis político, económico e militar com o imperialismo «esta contradição está patente nas constantes manobras militares na costa portuguesa, na interferência que os Estados Unidos e a Europa Capitalista cada vez mais descaradamente fazem no processo português, nas declarações de membros do Governo Provisório e do Conselho de Revolução, doces para os imperialistas da NATO e do Mercado Comum.

A contradição entre o objectivo socialista constantemente proclamado e a prática de conciliação de interesses de classe claramente contraditórios (proletariado e pequena e média burguesia

Samora Machel regressou a Moçambique vindo da Tanzânia de onde dirigiu, durante 11 anos, a luta contra o colonialismo na pessoa do presidente da Frelimo.

O MES saúda todo o povo de Moçambique que soube lutar pela liberdade até vencer a independência de Moçambique é uma vitória de quantos lutam contra a dominação e exploração de homens por outros homens.

VIVA O POVO
MOÇAMBICANO
E A FRELIMO,
SUA VANGUARDIA
REVOLUCIONÁRIA



a luta continua

LUTA CONTINUA

Saiu nesta semana o n.º 2 do jornal «A Luta Continua» editado pelo núcleo do Portalegre do MES. Pela sua correção política e, fundamentalmente, pelo que representa de esforço organizativo e de divulgação das perspectivas do MES junto das massas trabalhadoras, «A Luta Continua» é um importante exemplo da prática revolucionária que tem de ser seguida por outros núcleos, outros Comités de Bairro, outras células de empresa. É composto por 3 artigos principais — «o capitalismo», «avancemos com a reforma agrária» e «a catástrofe eminente ou o medo de a conjurar» do qual reproduzimos um estrato:

«Assistimos no plano político a toda uma série de contradições que travam o avanço para o socialismo, fortalecendo a reacção capitalista.

Recordamos o Pacto proposto pelo M. F. A. aos partidos políticos que define um período de transição para o socialismo, baseado num projeto de controlo da democracia burguesa.

Assistimos à crescente divisão das massas populares provocada pelas manobras divisionistas, demagógicas e provocadoras da direita capitalista (lembra-se apenas a recente manobra divisionista do P. S. acerca do Jornal «República»).

Uma outra contradição reside no Governo Provisório que enendo numa política reformista e de conciliação de classes, não tem (nem pode ter) capacidade para superar

a favor do proletariado a actual crise.

Em resumo, é a contra-revolução que está em marcha.

Faça a esta situação, só há uma alternativa favorável aos interesses da classe das massas populares.

A superação revolucionária da actual situação de crise exige a destruição das instituições burguesas, a marginalização dos partidos burgueses, o combate cerrado ao aparelho de Estado do capitalismo. A fusão dos elementos revolucionários do M. F. A. com o movimento popular de massas é um imperativo. Urge a coordenação e a generalização dos órgãos de poder operário e popular — comissões de moradores, comissões de trabalhadores, conselhos de aldeia, etc. Para que o processo revolucionário a caminho do socialismo avance, é necessário que a organização das massas, nos bairros e nos quartéis, nas fábricas e empresas, não mais esteja separada e descoordenada, mas sim unificada.

Neste momento de crise política, as tarefas organizativas internas e de massa, pela construção do poder popular, a divulgação dum linha política revolucionária, são tarefas prioritárias! A criação de pequenos jornais, que, através dos problemas específicos sentidos pelas massas populares numa dada região ou local de trabalho, saibam cumprir essas tarefas, são exemplos a multiplicar!

Unidade Revolucionária

Continuação de 20.4.1

(industrial) Esta contradição tem-se vindo a produzir no apeio ideológico, ao trabalho dos operários e ao investimento dos industriais, e na prática acaba por verificar-se que nem os trabalhadores podem na actual situação produzir mais, nem os pequenos e médios industriais, investir.

Assim, é urgente a clarificação do processo revolucionário em curso e urgente a definição de opções proletárias para o desenvolvimento do processo, tanto no que se refere aos objectivos estratégicos, como no que diz respeito às actuais prioridades táticas.

Desde a realização do 1.º Congresso do MES e da aprovação do programa político do nosso Movimento, o processo tem avançado inegavelmente, e o contributo do MES para esse avanço tem sido significativo. Para além de estarem a ser postas em prática algumas medidas importantes de ataque ao grande capital pelas quais o MES sempre se bateu (nacionalização da Banca e das companhias de seguros, de alguns sectores básicos da indústria, de algumas importantes empresas de transportes, da Electricidade, da Reforma Agrária, do controlo pelo estado de dezenas de outras empresas), a construção do Poder Popular, como passo fundamental do caminho da revolução socialista está na ordem do dia. O apoio de largos sectores do MFA a este projecto começa a estar bem patente, não só na preocupação demonstrada nas últimas Assembleias do MFA no que se refere à ligação directa às organizações populares de massas, mas também pelo contributo que começa a ser dado na prática à edificação do Poder Popular.

Nesse aspecto a exportar cia transmontana de apoio à eleição de conselhos de aldeia é um exemplo significativo.

No entanto, e apesar de se mostrarem favoráveis as perspectivas de marginalização dos partidos burgueses, os perigos que ameaçam o desenvolvimento revolucionário do processo são enormes.

É cada vez mais necessária a elaboração de um programa político da unidade revolucionária, que, contando com o apoio e defesa dos oficiais revolucionários do MFA, tenha também o comprometimento das forças partidárias que lutam pelo socialismo em Portugal, e o seu empenhamento unitário. Tal programa deverá concretizar claramente os objectivos do socialismo entendido como poder dos trabalhadores e todos os níveis da sociedade e de independência nacional, caracterizada pela recusa de alinhamento político, económico ou militar, com qualquer bloco.

FUSÃO DO MFA COM O MOVIMENTO POPULAR DE MASSAS

Tal programa deverá apresentar a fusão do MFA com as massas populares como um passo decisivo no processo revolucionário e que implica:

— A organização do poder popular nas fábricas, empresas, campos, aldeias, vilas e cidades, escolas e quartéis.

O afastamento do MFA dos oficiais hesitantes e que objectiva ou subjectivamente defendem os valores políticos, económicos e ideológicos da burguesia.

— A construção do Exército Popular, com a consequente derrota das perspectivas de profissionalização das Forças Armadas, e inerente edificação de uma disciplina revolucionária nas Forças Armadas, com um considerável reforço do papel dos soldados e marinheiros organizados.

A fusão com o movimento popular de massas implica a necessidade de suicídio do MFA, enquanto organização política e militar independente do poder popular. Os oficiais revolucionários do MFA terão de compreender que a construção do socialismo em Portugal passa pelo desaparecimento do MFA enquanto corpo autónomo detentor do poder político e militar.

Este processo fará nascer novas estruturas revolucionárias de poder político, com a confiança total dos trabalhadores da cidade e do campo e dos soldados, marinheiros e oficiais revolucionários.

Um programa político de unidade revolucionária,

terá que apresentar um modelo de desenvolvimento económico, em que os critérios capitalistas sejam substituídos pelos critérios políticos de satisfação das necessidades colectivas dos trabalhadores, etapa indispensável para a libertação total dos que tudo produzem. Terá de ser um modelo de desenvolvimento que assegure a revolução cultural e no qual as necessidades de alimentação, vestuário, habitação, educação e saúde dos trabalhadores sejam prioritárias. A luta contra a anarquia da produção capitalista, pelo fim do desemprego, pelo controlo colectivo dos preços serão pontos fundamentais desse programa.

Tal programa imporá assim novas e urgentes medidas de ataque ao capitalismo sobretudo no que diz respeito aos solos urbanos, ao comércio externo e interno, à nacionalização de novos sectores de indústria, ao controlo dos trabalhadores sobre todo o processo.

A batalha da produção será então uma clara necessidade revolucionária sentida pelos trabalhadores: num quadro de um Plano Económico discutido pelos trabalhadores organizados as prioridades de produção definidas serão certamente cumpridas.

UNIDADE REVOLUCIONÁRIA
RUMO AO SOCIALISMO

Neste processo, longo e cheio de obstáculos, poderão vir a surgir novas contradições com base no antagonismo existente entre aqueles que pretendem que as massas trabalhadoras não tenham autonomia organizativa, em relação às burocracias partidárias ou militares, e os revolucionários para os quais a revolução socialista envolve transformações totais nas estruturas do poder e na forma como esse poder é exercido, para além de significar a liquidação dos valores ideológicos e culturais inerentes às relações de produção capitalistas, que há que destruir. Tais contradições serão resolvidas e superadas revolucionariamente pela unidade revolucionária dos trabalhadores, soldados e marinheiros que, forjados nas estruturas de poder popular, contribuirá para a unificação da vanguarda revolucionária e para a sua organização, depurada dos elementos oportunistas, burocratas ou aventureiros, e impermeável às manobras dos arrivistas para quem a luta pelo socialismo é uma mera forma de careerismo político e livre dos elementos que continuam a pensar a construção do socialismo em Portugal como objectivo de negociações entre as grandes potências.

Estarão reunidas as condições para a tomada do poder pelo proletariado e seus aliados, para a destruição do aparelho de estado capitalista para a edificação da ditadura revolucionária do proletariado.

Na unidade revolucionária das massas trabalhadoras organizadas se construirá a unidade de revolucionários civis e militares, se marginalizarão os oportunistas, se criará a direcção política revolucionária!

Poder Popular, rumo ao socialismo e à independência nacional!

ASSINATURA

Esquerda Socialista

6 meses 75 \$ 00

12 meses 150 \$ 00

apelo 300 \$ 00

estrangeiro-Europa 275 \$ 00

Nome

Endereço

Localidade

Profissão

Administração Av. D. Carlos I - 128, Lisboa (Tel. 66 26 63)

RECTIFICAÇÃO

Por deficiências na revisão, o texto da resolução do Conselho Político publicado no último número do «Esquerda Socialista» surgiu com algumas incorrecções que lhe afectam o sentido preciso com que foi aprovado.

Assim, aqui ficam as alterações necessárias ao texto publicado.

No terceiro parágrafo da primeira parte deve ler-se: ... a fase meramente antifascista está definitivamente enterrada... e, mais à frente... a afirmação das interes-

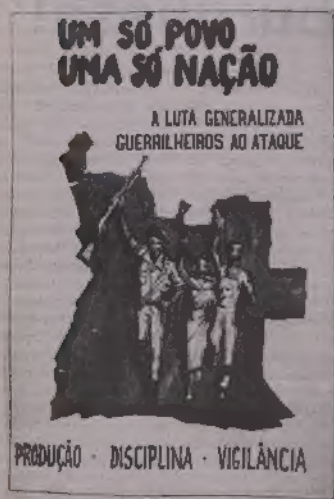
ses da classe do proletariado.

No oitavo parágrafo da segunda parte deve ler-se: ... é objectivamente contra-revolucionário, propugnar o controlo operário pela via sindical...

No oitavo, nono, décimo e décimo terceiro parágrafos da terceira parte deve ler-se em vez de ultrapassagem, superação.

No quinto parágrafo da quarta parte deve ler-se: ... a recusa da «originalidade» pura do processo...

M. P. L. A. Unidade revolucionária face à ofensiva imperialista!



A organização regional do Porto do MES subscreveu juntamente com outras organizações uma declaração conjunta sobre a actual situação política em Angola, documento do CIDAC do qual se destaca:

«Ao povo português asseguramos que o MPLA é a única força que, pela sua natureza e prática político-militar, é capaz e quer efectivamente garantir os direitos dos portugueses radicados em Angola que estejam dispostos a colaborar pelo seu esforço e trabalho honesto no processo de libertação económica, social e política do povo angolano; as organizações signatárias dão ao povo português testemunho e aval desta garantia fornecida pelo MPLA;

Alertam o povo português para a independência dos processos políticos em Portugal e em Angola e consequentes perigos para a Revolução no nosso País, decorrentes da não coexistência entre os dois processos.

A avaliação da aplicação dos acordos de Alvor leva-nos a concluir pela necessidade de denunciar a sua falência na intervenção no processo de descolonização de Angola. Com efeito verifica-se que:

1.º — O Governo de Transição não funciona;

2.º — Muitas das tarefas com data marcada não foram realizadas, tais como a Lei sobre a nacionalidade, o recenseamento, a constituição das forças militares mistas, desmantelamento de forças coloniais e expul-

são dos seus agentes, a lei eleitoral e o projecto de constituição;

3.º — Não foi impedida a penetração de forças imperialistas e seu armamento;

4.º — A prática confirmou a impossibilidade do Alto Comissário e das Forças Armadas Portuguesas;

5.º — Nunca foi interrompido o processo que visa eliminar o MPLA da cena política angolana marcadamente a partir de 1972 e é assim que os seus militantes continuam a ser presos, reprimidos, torturados e assassinados; as suas instalações assaltadas e destruídas; o acesso aos meios de comunicação social está-lhe vedado; os seus abastecimentos são interceptados; os aderentes do MPLA são demitidos de funções públicas;

6.º — A prática de FNLA, da UNITA, do Zaire e das forças imperialistas mostra até à evidência que nem sequer estão dispostas a respeitar as regras de jogo decorrentes dos acordos de Alvor;

7.º — Persiste a tentativa de anular o Poder Popular em Angola através de uma onda de genocídio que teve a sua expressão mais violenta nos acontecimentos dos últimos dias de Abril que visaram impedir as massas trabalhadoras de festejar o 1.º de Maio;

8.º — Os órgãos de Poder Popular não foram reconhecidos nem pelas autoridades portuguesas, nem pela FNLA e UNITA, tendo elementos chegado a executar elementos de Comissões de Bairro, obrigando o povo a assistir;

Como única forma de assegurar uma solução que salvaguarde os direitos do povo angolano à imediata e completa Independência política, à paz, à sua libertação total do imperialismo e do colonialismo, as organizações signatárias, para

além da satisfação das reivindicações apresentadas nos seus anteriores comunicados, exigem aos órgãos de Poder em Portugal:

1.º — O reconhecimento imediato do MPLA como único e legítimo representante do povo angolano;

2.º — Os ministros portugueses no Governo de Transição de Angola deverão passar a agir em conformidade com esse reconhecimento;

3.º — As Forças Armadas Portuguesas assegurarão a transferência de poderes para o MPLA e a sua presença em Angola deverá ser condicionada ao estrito cumprimento das medidas que exprimem essa transferência;

4.º — A UNITA e a FNLA devem deixar de ser considerados movimentos de libertação;

5.º — O Governo Português deverá proceder à denúncia pública e combater firmemente todas as ingerências do imperialismo em Angola;

6.º — As Forças Armadas Portuguesas deverão tomar medidas firmes e imediatas contra a penetração e a agressão imperialista, combater a reacção colonialista e seus agentes nomeadamente PIDE, OPVDA, FRA, ESINA, FUA;

7.º — Reconhecimento dos órgãos de Poder Popular nomeadamente as Comissões de Bairro;

8.º — Julgamento dos responsáveis pelos crimes políticos, de corrupção, de guerra e genocídio praticados durante a vigência dos acordos de Alvor;

9.º — Saneamento de todos os responsáveis em Portugal e em Angola por obstruções ao processo de libertação do povo angolano após a tomada de posse do Governo de Transição de Angola especialmente os convites com forças racistas e os grupos fanáticos surgidos após o 25 de Abril;

Viva a luta do povo angolano pela independência completa

Viva a solidariedade revolucionária e internacionalista contra o imperialismo e o neocolonialismo
De Cabinda ao Cuene, um só povo, uma só Nação, sob a bandeira do MPLA

Reforcemos a unidade revolucionária face à ofensiva imperialista

**A luta contínua
MPLA vencerá
A vitória é certa**

Um testemunho

«Fomos presos por volta das 10 horas, segunda-feira, dia 24, no posto da FNLA, perto do Cacaco. Puseram-nos num quarto de banho e começaram a nos dar «porrada». Dormimos todos amarrados. O camarada Tuca foi o que sofreu mais. Pisaram-lhe a cabeça, puxaram-lhe os cabelos, não sai mais quê.

«Então começaram a dizer que vocês são crianças, porque em vez de lutarem contra os brancos, estão a lutar connosco, e que o primeiro a ser morto é o branco e mais coisas parecidas.

Aqueles gojos são racistas!!

Bem, dormimos lá, e na terça, às 7 horas, saímos numa carrinha Toyota e fomos para aquele forte lá ao pé de Luanda, acho que é S. Pedro da Barra, onde milhares de angolanos foram assassinados pela PIDE durante a guerra colonial.

Assim que chegámos lá, e ainda estávamos na carrinha, começaram a pisar a cabeça do camarada Tuca, batiam-lhe contra as grades.

Então chegou um comandante da FNLA que disse: porque é que não lhes mataram lá no Cacaco em vez de os trazer? Depois quis co-

meçar e abrir fogo para nos matar mas foi agarrado.

Então trouxeram uma garrafa de «mijo» e obrigaram o camarada Tuca a beber tudo porque tinha uma AK encostada na nuca.

Depois, mais «porrada».

«Às 5 horas, começaram a nos interrogar e perguntaram: profissão, habilitações, morada, pai, mãe, onde era a nossa base, quantas armas havia, quantos homens, como era e como não era.

A seguir mandaram-nos cantar e dançar agarrados uns aos outros. Gozaram um monte connosco. Então, deram-nos outra vez «porrada».

Às 9 e meio, puse-

ram-nos na camioneta e chegou um comandante da FNLA que disse: vocês vão para Kinshasa, vão presos, e se tiverem sorte saem vivos, senão... Então arrancámos e paramos na base dos «gojos» no Cacaco, onde tinhamosido «cangados». Estivemos lá perados enquanto eles falavam língua e francês com os outros. Tornámos a arrancar e iam 7 guardas, 8 armados.

Eu comecei a dizer para atacarmos os guardas, que podíamos matar alguns, mas que podíamos nos safar muitos. Mas os camaradas não quiseram. Muitos estavam bem partidos. Todos!!

Então chegámos no desvio para a barra do Dande. Pararam o ca-

mião na estrada e levaram um camarada para o lado direito e mataram-no. Viram que ali não dava, e começaram a entrar na picada. Eu e mais um camarada, então aproveitámos e subimos no tejadilho e saltámos. Eu plaquei logo mas o meu camarada levou logo uma rajada nas costas. Comecei a rastejar e entrei no capim. Eles ainda dispararam mas não me atingiram.

Então, comecei a correr e escondi-me numa espinheira que estavam para lá.

Ouvi então rajadas e os gritos dos camaradas. Foi horrível! Nem quero lembrar mais!.

(De um camarada sobrevivente, identificado)



“A crise económica não tem solução nos quadros da democracia burguesa!”

O agravar da crise económica é evidente. Cremos que pouca gente o contestará. Todos os indícios mostram isso:

O défice da balança de pagamentos dos primeiros meses deste ano; o esgotamento das reservas e divisas, a subida do custo da vida, o desemprego.

São indícios que falam por si.

O problema está em que o capitalismo português perde os seus mecanismos fundamentais de acumulação (exploração colonial e os salários de miséria) sem que surja uma forma po-

sitiva de superar essa situação que permaneça por resolver.

As medidas de ataques, as nacionalizações, etc., ainda não estão concretizadas não se podendo por isso ainda aguilatar o que elas valem.

A crise, portanto, tenta responder um aparelho de Estado ineficaz, burocratizado, submelido a contradições políticas que ainda mais o impedem de funcionar e que se traduzem num Governo Provisório, do ponto de vista de decisão, muito débil dado que funciona como instrumento de tentativa de conciliação

de classes.

Sendo facto preocupante o agravamento da crise, o certo é que não se vê possibilidade de lhe dar resposta eficaz enquanto se mantiverem características do aparelho de Estado e do poder político actuais.

Por exemplo, o apelo à batalha da produção, é uma chamada ideológica que não tem eficácia prática. Os trabalhadores não vão produzir mais porque não podem, num sentido estrito. A manter-se o contexto económico actual não podem produzir mais; não podem produzir, as centenas de milhar de

desempregados; não podem produzir, os trabalhadores das empresas onde as relações de forças não estão alteradas, mas sim ainda subordinadas a uma divisão internacional do trabalho e a uma lógica capitalista.

Com medidas muito claras de ataque aos privilégios (hierarquia de salários, etc.) sem as quais se torna impossível mobilizar as massas trabalhadoras para a produção no ponto de vista da construção socialista do País.

Superação dos limites democráticos burgueses

que tem actualmente o aparelho de Estado e toda a lógica de funcionamento governamental.

Sem ultrapassar decididamente o modo de funcionamento burocratizado, hierarquizado, subordinando em última análise os compromissos e a conciliação de classes ao nível do Governo, não haverá qualquer possibilidade de superar a actual situação de crise.

Responder aos problemas causados pela desorganização capitalista da produção e circulação; nacionalização do comércio externo e interno por grosso dos produtos

essenciais.

Mobilização das classes trabalhadoras, feita não em torno de apelos ideológicos, como se tem tentado, mas feita em torno de objectivos bem precisos, fundamentalmente o ataque decidido aos privilégios e desorganização capitalista da produção e do ponto de vista a actual divisão de poderes e consequente situação de inoperância do poder de Estado; unificação do poder que supere o actual aparelho e se articule com as estruturas próprias das classes trabalhadoras e onde estas exprimam efectivamente a sua vontade.

Sector têxtil:

O caso da Lótus é apenas um exemplo

Com a nacionalização de bancos e seguros e de outras empresas e sectores básicos da economia, foi dado um golpe importante no poder do capital e, sobretudo, na base material sobre a qual assenta a acumulação da burguesia ligada ao capital financeiro.

Porém, nacionalizar não basta. É necessário que sejam os trabalhadores a tomar em mãos a dinâmica do processo já não mais contida nos limites burocráticos da administração estatal devido à rapidez com que a economia se degrada, motivada pela crise económica.

A nível económico, a única via para sair deste impasse consiste em organizar, prioritariamente, o controle operário da produção, não esquecendo todo um conjunto de medidas que completam o ataque ao poder do capital e o obrigam a pagar a sua própria crise como a nacionalização do comércio externo e a grossista interno dos produtos essenciais, confiscação de bens pessoais em caso de dívidas, avanço da reforma agrária, etc.

UM EXEMPLO DO QUE TEM SIDO O CAPITALISMO PORTUGUÊS

Um exemplo da luta concreta concreta dos trabalhadores que aponta para os problemas que hoje se colocam, é a luta dos trabalhadores da Fábrica da Camisaria Bastos e Irmão (Camisaria Lótus).

Esta Empresa, cujos accionistas são todos da família Espírito Santo (alguns dos quais «habituam» em Caxias desde 11 de Março) é um caso significativo da divisão internacional do trabalho em proveito do grande capital internacional: 2/3 da produção da Empresa consiste no acabamento de blusões em regime de drabaque, isto é, os blusões são importados já cortados, os trabalhadores executam a última fase da produção e o produto acabado é exportado, tudo isto sem qualquer imposto aduaneiro devido ao tal regime de drabaque.

Assim, os trabalhadores não podem controlar todo o processo produtivo porque estão dependentes de receber o produto já semifabricado do estrangeiro, por outro lado a sua viabilidade económica e financeira tem assentado na exploração



desenfreada dos trabalhadores e nas encomendas que são feitas pela Empresa estrangeira que lhe envia o produto semiproduzido e o recebe acabado.

Torna-se evidente que o motivo determinante para a criação desta Empresa foi a exploração de mão de obra barata.

A tudo isto, junta-se a isenção de impostos aduaneiros que mais acentua o princípio de que a burguesia não abdica: o princípio da liberdade de exploração internacional da mão de obra.

Em 11 de Março o Sr. Jorge Espírito Santo recolheu a Caxias.

As contas da Empresa acusam neste momento 50 mil contos de dívidas ao Banco... Espírito Santo.

Após analisar a situação, os trabalhadores da Lótus concluíram que, com um plano de produção adequado e anulando as dívidas do Banco (ou convertendo-as em capital social) podem garantir emprego a todos os trabalhadores e viabilidade económica.

O financiamento regular do Banco à Lótus (para o qual não foi nunca necessário um pedido de crédito formal...) está em vias de ser suspenso a curto prazo e os trabalhadores debatem-se na

teia da Administração Estatal que irá estudar o caso...

ULTRAPASSAR A BUROCRACIA

E O LEGALISMO

Trata-se, portanto, de os trabalhadores unidos e conscientes avançarem para tomar nas mãos os seus destinos, sob as formas mais adequadas.

É elementar que as dívidas do Sr. J. E. Santo ao seu ex-Banco sejam pagas através dos seus bens pessoais. É também elementar que, ten-

do a Empresa viabilidade económica, não faz sentido para ela por falta de financiamento, estando a banca nacionalizada.

Os trabalhadores da Lótus, encaram agora a necessidade de ultrapassar um banco e 2 ou 3 Ministérios sem capacidade para gerir num sistema em putrefacção e cuja lógica não se atreve a abandonar devidamente.

Os trabalhadores da Lótus que durante muito tempo produziram para que o Sr. J.E.S. e os seus patrões estrangeiros adquirissem casas, quintas e bancos à custa da mais valia extraída aos trabalhadores e depois retirada para fora da Empresa, lutam agora para que seja o capital a pagar a sua própria crise.

O caso destes camaradas trabalhadores da Lótus vem levantar uma vez mais a questão da legalidade e da burocracia estatal, as quais só podem ser ultrapassadas pelo exercício efectivo do poder operário e popular que ponha em causa a actual estrutura dos órgãos de Poder que são ainda, no fundamental, os de um sistema de democracia burguesa.

TAP: 2 anos de luta pelo saneamento — e unidade!

Até agora, se a luta pelo saneamento tem sobretudo contribuído para o afastamento dos elementos que mais descreadamente serviram o fascismo, ela tem mostrado claramente as suas potencialidades ao colocar o question do poder e, nalguns casos exemplares, ao mostrar na prática que os trabalhadores não podem deixar nas mãos de outrem aquilo que lhes compete levar por diante.

O reforço da luta pelo saneamento nas empresas, no Estado e nas Forças Armadas é, portanto, um objectivo importante da luta dos trabalhadores na actual situação política.

A luta pelo saneamento é uma componente importantíssima da luta democrática. Leva-a às suas últimas consequências implica ter especialmente em conta o sector onde ela menos avançou — o Exército —, ultrapassar o pessoalismo para combater efectivamente a opressão; colocar cada vez mais claramente a questão do controlo operário sobre a produção e do combate à tirania da organização capitalista do trabalho; isolar os elementos reacconários no seio das Forças Armadas, numa perspectiva de transformação destas.

A identificação da rede de legionários na empresa, a expulsão de um pido, a quase total identificação dos responsáveis pela criminosa agressão policial de 12 de Julho de 1973 bem como pelos despedimentos «políticos» que se lhe seguiram, a reintegração da 3 trabalhadores despedidos sem justa causa e actuações em algumas escalas da TAP no estrangeiro, são alguns dos resultados alcançados no fim de 4 meses de trabalho pela comissão de saneamento e agora (quinta-feira) revelados ao público em conferência de imprensa.

Os trabalhadores apenas podem avançar se o fizerem apoiando-se exclusivamente nas suas próprias forças... lê-se no comunicado distribuído. «Qualquer enquadramento legal do processo de saneamento é um obstáculo ao seu avanço de concretização».

A Comissão de Saneamento compõe-se de três representantes do sector operário, dois dos administrativos e um do pessoal de voo. Regem-se por princípios simples e claros: livre eleição e revogação em qualquer momento pelo Plenário.

A eleição fez-se por lista para evitar um problema fundamental que se verificava quando os membros eram eleitos por secção e que consistia em integrar sempre na comissão alguns elementos perfeitamente reacconários.

Pelo processo das listas era eleita uma equipa apenas com trabalhadores progressistas, ou

explicava-se pelo facto de haver na TAP muitos trabalhadores vindos das Oficinas Gerais de Material da Aeronáutica e da Fábrica Militar de Braço de Prata onde até 1958 era obrigatória a inscrição na Legião.

Na greve geral de 1958 (por altura das eleições) — lembra Luis Faustino — o feitiço virou-se contra o fascismo, razão por que os legionários passaram a ser escolhidos um a um. Naquela ocasião, os trabalhadores, legionários à força mas que não eram reacconários, cooperaram com os elementos mais progressistas e apoiaram a greve.

Para distinguir entre os que foram obrigados a inscrever-se e os que eram colaboradores activos daquela organização fascista, foi pedida a colaboração da Comissão de Extinção da P. I. D. E./L. P. Mas nenhuma resposta se obteve ainda.

Aliás esta comissão tem tido uma situação muito delicada — acusam os trabalhadores. Também quanto aos pidos ainda não foi fornecida a lista dos informados. Se quem tem os dados que permitiram desmantelar estas redes não fez, torna-se muito difícil avançar.

Um informador foi preso após o 25 de Abril. Um tal Miguel, chefe dos Serviços de Investigação da TAP, de quem há várias cartas-relatório,

enviadas ao tenetoso Timoco, contendo denúncias. Este burocrata de Casas em Maio de 1974 uma carta à mulher, pedindo que fosse depressa ao major Casanova para o livrar de apertos. Dias depois é libertado.

Quanto à integração dos três camaradas despedidos sem justa causa e que estavam em situação difícil, de desemprego, há uma história, pelo menos, que merece ser contada — afirma Santos Júnior, um dos elementos operários da Comissão.

Em 1972, após denúncia do tal Miguel, como agitador comunista, o trabalhador Martins dos Santos, é despedido da TAP. Emprega-se no Sindicato dos Metalúrgicos.

Pois após o 25 de Abril, a direcção do Sindicato, considera tal elemento como reacconário, sendo um dos atingidos no processo de limpeza dos não oriundos — que há pouco tempo provocou um amplo movimento de indignação por parte dos metalúrgicos de Lisboa.

E está aí que o ex-despedido — o agitador, o é agora por reacconário! Estranho comportamento para uma direcção sindical, aliás infundada a um partido que se afirma defensor dos trabalhadores.

Londres...

As investigações sobre o que se passava em

diferentes escalas tem também proporcionado curiosos resultados.

Em Londres o chefe de escala, Edgar Oliveira, foi saneado por «envolvimento no tráfico de armas e de mercenários para a guerra no Biafra: ludibrio, envolvendo o nome da TAP, da companhia de «charters» Transavia, numa operação também relativa ao Biafra; oferta da colaboração de um especialista em «golpes de Estado», Know Daniel Amihya (do Ghana) ao ditador Salazar, para trabalhar em África a favor dos interesses do colonialismo português; representante há 15 anos da firma Norte importadora, Ld.ª (propriedade dos notórios fascistas da família Zoio).

Note-se que a documentação está na posse do grupo de apoio à Comissão de Extinção da P. I. D. E. Só que se o prendessem, o nosso Edgar falaria por certo em coisas que obrigariam a prender Zoio de novo — que houve grande pressão em libertar (talvez por ter conhecimento de factos incómodos para certas pessoas...).

No Brasil foram saneados vários funcionários superiores, com o delegado Carvalho Júnior à cabeça. Este indivíduo, autor de ataques ultra-reacconários ao processo político português através de órgãos de informação que manipula — como acontece com

o jornal «Mundo Português» — é um indivíduo corrupto, metido em múltiplas negociações, havendo abundante documentação para a utilização de meios financeiros da TAP ao seu interesse pessoal, utilização indevida de viagens gratuitas por familiares e amigos que eram registados como comissários de bordo, inspectores da TAP, seus administradores, etc.

Note-se que quanto a este «passado», só passado muito tempo a administração se resolveu suspendê-lo (tendo-se prolongado escusado — por falta de poderes).

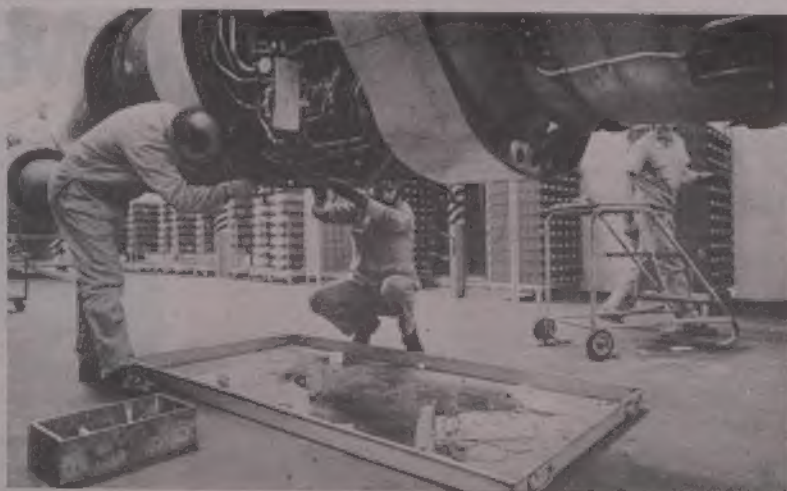
Uma comissão de inquérito nomeada governamentalmente — aliás composta por indivíduos honestos e com vontade de obter resultados, reconhecer os trabalhadores — tem sido impedida de actuar com eficácia pelo próprio Governo.

Assim quando quis deslocar-se ao Brasil, acompanhando a Comissão de Saneamento, foi negada a necessária autorização. Agora face às provas recolhidas, o mesmo ministério afirma que «já não vale a pena fazer aquelas deslocações».

E de notar que os ministros Mário Soares e Costa Martins, bem como Rui Luís Gomes estavam avisados por carta (de que há cópia) desta situação, nada tendo feito para a resolver.

A terminar há que referir a afirmação dos membros da Comissão de Saneamento de que «os constantes apoios que os trabalhadores nos fazem no sentido de intervir-mos em matérias que nos deveriam ser estranhas (admissões, actos de gestão contrários aos interesses da classe, etc.) mostram que a Comissão de Saneamento deve ser parte integrante de um órgão de acção mais geral — a Comissão de Trabalhadores — aliás, em vias de concretização na empresa, na sequência dos processos de nacionalização e da necessidade de implantar o controlo operário.

A decisão de criar uma Comissão de Trabalhadores foi já, aliás, tomada em Plenário, no dia 22 de Maio.



Limpar os reactores... e a reacção!

IMPRENSA LIVRE É A QUE LUTA CONTRA OS PATRÕES

A informação está manifestamente em crise. A atenção do país está virada para este assunto, pelo que é necessário analisá-lo detalhadamente.

Para isso, é importante ver primeiro qual deverá ser, na fase actual, a estratégia das forças que sinceramente se empenham no avanço do processo revolucionário: esta estratégia, é, indiscutivelmente, a luta pela conquista do poder pela classe operária e seus aliados, os restantes explorados e oprimidos. Sem isto não há socialismo nenhum! A tática utilizada em cada momento, as várias reivindicações e objectivos de curto prazo avançados serão ou não correctos (de um ponto de vista socialista, claro), conforme contribuam ou não para aquele objectivo estratégico — a tomada do poder pelos trabalhadores.

Mais concretamente, à burguesia e seus aliados (patrões e todos os que vivem à custa da exploração dos trabalhadores) torna-se necessário organizar a sociedade de forma a garantir os seus interesses e a perpe-

tuar o seu domínio.

A organização da sociedade em estado capitalista, obedece precisamente a estes princípios e necessidades. São seus dois pilares fundamentais as máquinas repressivas exército, polícia e administrativa/burocrática.

Assim, o que define qualquer revolução como Socialista é a tomada e destruição dessa máquina pela classe operária e restantes explorados e oprimidos substituindo-a pela ditadura do proletariado. O estado proletário e o exército popular, ou seja, o Poder Popular, são as formas que os trabalhadores organizados utilizarão na sua luta pela destruição de todos os privilégios e repressão aos que neles pretendem persistir, até que, pela abolição completa da exploração e da divisão da sociedade em classes o próprio Estado perca a sua razão de existir.

Em Portugal e durante os 48 anos que antecederam o 25 de Abril, o regime de exploração de uma classe por outra — capitalismo, ditadura da burguesia — revestiu uma forma particular-

mente opressiva — o fascismo.

A intensidade de utilização em cada momento do aparelho repressivo na função de garantir os interesses da classe dominante, não resulta do acaso ou da mera vontade de determinados governantes. Ela é fruto das condições objectivas, entre as quais avulsa a situação económica e o grau de consciencialização e organização das massas de explorados.

Em Portugal era fundamental a situação de atraso económico e necessidade de rápida expansão e a sobre-exploração resultante (já que os exploradores não estavam dispostos a ceder parte do seu saque) que aconselhavam um regime policial de repressão permanente como forma de «combate ideológico» a certas ideias que frequentemente surgem na cabeça de quem, trabalhando intensamente, mal ganha para comer.

Assim a luta contra o fascismo mais não é, para os socialistas, do que um aspecto, eventualmente com particular importância tática — como efectivamente acon-

teceu, pelo poder mobilizador e potencialidades unificadoras que contém — na luta contra o capitalismo e a exploração.

CONTESTAÇÃO DE DIREITA E DE ESQUERDA

O que se disse é fundamental para compreender que certas questões instrumentais que por vezes são apresentadas como valores universais tem significados muito diferentes — frequentemente opostos — conforme as situações e o uso que delas se pretende fazer.

Referimo-nos por exemplo às «Liberdades», de entre as quais a de informação tem sido muitas vezes invocada. Denunciar e mover campanhas contra a repressão que era exercida sobre a imprensa pelo regime fascista, era, sem dúvida, um acto progressista.

Mover campanhas a favor da liberdade de imprensa, hoje, fazendo crer em Portugal e no estrangeiro que o regime actual é repressivo e que o M. F. A. mais não é que um satélite do P. C.,

é, sem dúvida reaccionário.

Já antes do 25 de Abril alguns social-democratas ex-deputados pela União Nacional se desolidarizaram com a ditadura. Sá Carneiro, com outros, demitiu-se por não concordar com o «grau de repressão julgado óptimo por Caetano». Mas isto não tem nada a ver com socialismo nem com poder dos trabalhadores. Simplesmente se discordava de qual fosse a maneira mais eficaz de manter a sociedade ao serviço dos capitalistas.

Pouco depois do 25 de Abril Sá Carneiro afirmaria: «Não nos quisermos ouvir quando defendemos a necessidade de uma liberalização. Agora o que prevíamos sucedeu».

Deste modo se vê como certas críticas «democráticas» ao próprio fascismo são de direita. Defendia-se a liberalização para salvaguardar o essencial — o capitalismo e a exploração.

Neste momento atacar, como o PS e a proclamação pênica fazem, a «ditadura militar» e a falta de liberdade (que estranhamente, neste caso, se identifica pouco

com repressão), confundir e identificar com o P. C. todas as forças empenhadas no avanço do processo revolucionário (teoria dos satélites) bem como as mais variadas instituições — jornais, ministérios e ministros militares, Marinha e Primeiro-Ministro — é a «fórmula engenhosa» encontrada pelos que, alterados com o avanço do processo revolucionário mais não aspiram do que a entravá-lo e a recuperá-lo para o capitalismo.

Neste combate ao processo revolucionário utilizam-se os erros cometidos pelo P. C., devidos ao seu carácter reformista e explora-se o forte anticomunismo existente em Portugal.

De facto seria pouco conveniente, «pouco político», afirmar que o M. F. A. é contra-revolucionário e impede as liberdades. E gritar «VIVA O CAPITALISMO» é correr o risco de levar dois «estátos» de algum trabalhador que passe na rua.

Na impossibilidade de atacar o M. F. A., que além do poder de facto detém o apoio do País, na inconveniência de atacar os avanços da re-

volução, Mário Soares e os seus acólitos utilizam outro processo: todas as medidas progressistas tomadas pelo Conselho da Revolução e pelo M. F. A. são atribuídas ao P. C. — que chega quase a surgir como uma organização revolucionária —, todas as medidas anticapitalistas são atribuídas às liberdades, e a acção das massas e a vigilância popular mais não são do que anarco-populismo. Desde modo Soares realiza a curiosa (e criminosa) proeza de lançar parte do País contra a revolução e as medidas em que se materializa — que seriam todas obras de Cunha — ao mesmo tempo que afirma que o seu partido privilegia a «aliança com o M. F. A.».

A finalidade é clara. Como o M. E. S. sempre disse, o M. F. A. não é homogêneo. O Partido Socialista tenta manobras no sentido de isolar os seus sectores mais progressistas — que a partir do 28 de Setembro e mais marcadamente do 11 de Março tem tido um papel determinante — fortalecendo os seus sectores mais reaccionários.

Significa isto que o M. E. S. apoia incondicionalmente a situação presente e considera que tudo está bem, nomeadamente que a informação está eficazmente ao serviço dos trabalhadores?

Não! Observa-se a existência de apoio acrítico e seguidista dos órgãos de informação ao M. F. A. Existe a vontade de estar com o M. F. A., sem entender que o apoio a posições incorrectas é contraproducente. Esta situação tem que ser duramente criticada, mas nada tem a ver com o movimento de crítica que o P. S. desencadeia, que é eminentemente reaccionário.

A VERDADEIRA IMPRENSA LIVRE É A IMPRENSA POPULAR

A questão da «República» não é um aspecto fundamental da crise que vivemos. É apenas um ponto que foi «puxado» por quem está interessado em a desencadear.

A questão da informação põe-se nos seguintes termos: O papel



dos meios de informação é uma questão decisiva. A informação que é dada às massas a visão que apresenta do que se está a passar, o silêncio que fazem sobre certas questões, o barulho que fazem sobre outras é decisivo para a evolução do processo revolucionário.

O M. E. S. entende que a informação não pertence aos conselhos de redacção nem aos redactores, nem aos jornalistas, nem sequer aos trabalhadores gráficos e tipógrafos e outros trabalhadores dos jornais. Não é questão que diga respeito apenas aos trabalhadores de determinado jornal ou aos trabalhadores de todos os jornais.

Assim como a nacionalização da banca não diz apenas respeito aos trabalhadores bancários e a nacionalização dos o-

monios aos trabalhadores dessas empresas. É uma tarefa global de todos os trabalhadores portugueses, de todos os que estão interessados no avanço do processo revolucionário. Aquilo que há que ultrapassar na informação, é a possibilidade de instrumentalização dos

interesses de classe burgueses, ainda que não através de este ou aquele partido concreto.

A «República» foi, durante o regime fascista, o porta-voz da oposição democrática, tradicional, ao regime. A partir do 25 de Abril tornou-se, muito naturalmente, num dos porta-vozes do Partido Socialista.

Era um órgão que veiculava as posições do P. S. e até duma forma, nalguns casos, bastante acintosa.

A partir do 25 de Abril deram-se várias mudanças nos jornais. Já houve jornais que defenderam claramente posições de determinado partido, ou que defenderam determinadas posições sociais.

A radical alteração da orientação dos principais órgãos de informação ficou a dever-se, não só à acção directa do M. F. A., mas também à acção dos trabalhadores.

Trata-se de um processo que está latente, que tem a ver com a disputa de alguns partidos políticos pelos centros fundamentais que permitem controlar as massas tais como o aparelho de Esta-

do, a informação, os sindicatos, centros fundamentais do Poder e não só do político. É este tipo de acção que tem de ser ultrapassada.

Dentro desse quadro haverá sempre uma guerra de influências que nunca permitirá uma clara colocação da informação ao lado do processo revolucionário.

A nossa perspectiva tem claramente que ver com a acção do M. F. A., os oficiais progressistas e revolucionários não podem deixar a questão da imprensa no ar, é necessário substituir uma situação que é a de desarticulação de uma imprensa que estava toda ela na mão do capital financeiro monopolista para uma situação em que essa imprensa tem que estar na mão dos trabalhadores portugueses.

Dentro da nossa perspectiva a questão da informação não poderá ser resolvida com o avanço do poder popular. Ela será precisamente a expressão desse poder, origem e princípio de uma sociedade nova e radicalmente diversa daquela em que vivemos. Assim, como é neces-

sário que sejam todos os trabalhadores a controlar as nacionalizações, é necessário que se criem formas organizativas, apartidárias, dos trabalhadores, que permitam um controlo sobre a informação.

Tão importante é um controlo como o outro!

E não podemos esquecer que a partir de agora no processo revolucionário é a questão do Poder que está em causa. Da interpretação que se faz da situação, dos objectivos que se apresentam, de uma clara visão da realidade, depende em boa medida o aumento de consciência e de compreensão da situação por parte das massas trabalhadoras, o que é fundamental para os novos e urgentes avanços que há que conseguir.

As forças políticas progressistas são aquelas que se empenham, neste momento, em quebrar a divisão dos trabalhadores, em quebrar o tom monopolizador das preocupações políticas que a luta partidária tem assumido e em criar a unidade revolucionária sem a qual o processo revolucionário não avançará.



PELO SOCIALISMO



República

REDE TERRORISTA DESCOBERTA

Relatório pelo COPCON, alguns detalhes da operação

ESTIMADO LEITOR

REVOLUÇÃO OU REACÇÃO

Junta de Alcabideche OS MORADORES SÃO QUEM MAIS ORDENA!

Apresentamos hoje o trabalho de uma junta de freguesia que pensamos estar a funcionar em moldes extremamente correctos.

A «prova dos nove» têm os moradores desta freguesia, nas assíduas reuniões que a Junta promove com a população, e, no apoio que a junta tem dado tanto à formação de novas comissões de moradores, como a iniciativas de luta que as populações tomaram para a resolução dos seus problemas.

Se as autarquias locais têm algum sentido, é quando exprimam organizadamente a vontade dos moradores e não de qualquer plano previamente estabelecido. Para isso é indispensável uma íntima ligação às populações que através das assembleias de moradores, quer através das reuniões intercomissões que terão que definir as prioridades de luta pela resolução dos problemas da zona, para a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, na luta contra todos os aspectos de exploração capitalista presente não só nas fábricas, mas também na habitação e no consumo.

São os vários casos em que as juntas funcionam em moldes muitas das vezes paternalistas, resolvendo os problemas pelos moradores, não incentivando a iniciativa popular e em alguns casos mesmo travando-a.

Isto sem falar nos inúmeros fascistas que ainda existem em Câmaras e juntas de Freguesia, por isso pelo fim.

Ao defendermos o poder popular, ao defendermos a formação por todo o lado de órgãos de mandato popular, na fábrica, no bairro, no campo, no quartel, na escola, só compreendemos as Juntas como órgãos de execução das directivas traçadas pelos concelhos de moradores da zona, e como organismos de incentivo do Poder Popular e de mobilização para a luta pela resolução dos problemas das classes trabalhadoras, na luta pelo Socialismo, pela sociedade onde mandam os trabalhadores.

Pelo poder popular — formemos inter-comissões de moradores!

Contra o paternalismo — controlo das juntas pelos moradores!

Contra o assalto da social-democracia às autarquias locais — juntas de representantes das comissões de moradores.

Sabendo que a troca de informações entre as diferentes experiências de luta realizadas é uma necessidade para o avanço das lutas dos trabalhadores a todos os níveis, conversámos com a Comissão Administrativa da junta de freguesia de Alcabideche.

A freguesia é constituída por aproximadamente 23 000 habitantes. Destes 23 000 a grande maioria é população trabalhadora cuja actividade mais frequente é a construção civil, exercida sobretudo no concelho, contrariamente ao que acontece na grande maioria das freguesias da área de Lisboa.

Devido à existência de numerosas fábricas na freguesia, há também uma boa percentagem de operários fabris, trabalhando nomeadamente

na ITT, STANDARD, MICAL, etc.

Existe seguidamente um sector da população já mais reduzido, que utiliza a freguesia como dormitório, por trabalhar em Lisboa.

ORGANIZAÇÃO POPULAR

E. S. — Sendo a maioria da população constituída por trabalhadores, o sentido imprimido pela junta à sua actividade dirige-se por certo, à satisfação das suas necessidades.

Seria interessante apontar aqui como se articulam as relações entre a junta e a população da freguesia.

I. F. — Em primeiro lugar convém esclarecer como é constituída a C. A. da junta de freguesia.

Nesta freguesia a população esta organizada



em comissões de moradores que cobrem totalmente a zona, sendo os elementos da junta, elementos da junta, elementos das comissões de moradores.

Por esta razão não se pode falar de sentido imprimido pela junta ao trabalho mas sim de papel da junta na execução das tarefas apresentadas pelas populações às suas comissões de moradores.

As reuniões deliberativas da junta são feitas por 2 elementos de cada comissão de moradores, desempenhando o duplo papel de definição de prioridades, e de intercâmbio de informações, ideias e experiências de trabalho das diferentes comissões.

Além disso não parece possível uma junta funcionar dissociada da população e conseguir realizar trabalho, uma vez que não dispondo de qualquer autonomia financeira só pode avançar qualquer iniciativa se for fortemente aprovada pela população.

E. S. — Foi afirmado que as juntas não tinham qualquer autonomia financeira. Sendo as Câmaras que dispõem dessa autonomia seria

importante que a população tivesse controlo da administração das Câmaras. Que se passa de facto?

J. F. — Na nossa freguesia as populações elaboram cadernos reivindicativos que foram depois analisados em conjunto no sentido de se definirem prioridades.

Apresentado o problema à Câmara conseguiu-se, depois de grandes esforços e com o apoio de outras juntas do concelho, que se iniciassem algumas das obras prioritárias.

CONTROLO DA CÂMARA EXIGIU OCUPAÇÃO

A dificuldade de obrigar a Câmara a respeitar as necessidades e exigências das populações resultava do comportamento anti-democrático da antiga C. A. que a levava a dar prioridade a obras cuja iniciativa partia dos seus técnicos.

Esta situação foi resolvida com a ocupação da câmara de Cascais a partir da qual se iniciou um já longo processo de escolha de nova C. A.

Alguma dificuldade e demora que se verificou deve-se ao facto de cer-

tos grupos da zona terem pretendido colocar na comissão administrativa elementos da sua confiança mas totalmente alheios dos problemas e da população.

Este impasse parece ultrapassado e pensamos que sendo agora a C. A. da Câmara constituída por elementos da confiança das populações podemos esperar um comportamento futuro diferente, sobretudo por ter a população formas de controlo desse comportamento, que vão até à substituição dos seus representantes, se necessário.

E. S. — Que outras actividades ou problemas terá interesse resolver?

J. F. — Diversas iniciativas têm sido adiantadas nas reuniões da junta. Nomeadamente está já a funcionar um grupo de saúde que começou por fazer o levantamento dos problemas mais graves e já se constituíram grupos de intervenção local para vacinação e divulgação de normas de higiene.

Também sobre controlo de preços a junta tem como projecto imediato obrigar os estabelecimentos da zona a ter tabelas afixadas instituindo o controlo pelas co-

missões de moradores. Paralelamente pretende-se a criação das cooperativas de consumo.

Sobre o problema da habitação foi avançado um levantamento em duas frentes. Assim, as comissões de moradores indicaram já o número, localização e propriedade das casas devolutas na sua área. Ao mesmo tempo reúnem-se elementos sobre as necessidades mais prementes nesta matéria.

Com base nestes elementos definir-se-á a forma de satisfazer as necessidades tendo em conta as disponibilidades em habitações.

Está também já constituído um núcleo de cultura e desporto intercomissões com o objectivo de promover espectáculos e actividades desportivas na freguesia.

O que gostávamos de realçar é que a C. A. da junta de freguesia não é mais do que o local de encontro dos representantes das comissões, para tomada de decisões o que explica que a actividade da C. A. seja na grande maioria dos casos apenas de apoio às iniciativas populares e de coordenação a nível de freguesia das diferentes iniciativas.

fogo à vontade**ESPIÕES À SOLTA...**

Naquele quente fim-de-semana, em que muito se ouviu falar do MRPP, elementos deste Movimento caçaram à porta da Embaixada dos EUA dois elementos suspeitos. Lemos nos jornais que um deles, com um emblema do PCP escondido atrás da lapela, logo foi acusado de ser um agente do KGB, o outro, sem emblema, seria por certo um agente da CIA:

Mes então não é lógico que um elemento da CIA possa estar munido de emblemas deste tipo?

Cremos que será fácil concluir-se tratar-se de dois cães, pelo menos em termos de probabilidades.

Mas os rapazes do MRPP mantêm o seu ponto de vista, nada rectificaram. E isto apesar do «movimento de rectificação geral»...

PARA O BRASIL, COM AMOR...

Raul Rego, destacado líder do «Movimento de Libertação da República», afirmou a um jornal brasileiro que nem no tempo de Salazar e Caetano sofrera tantas pressões na direcção do seu jornal (aliás o mais apartidário dos jornais, acrescenta-se).

Abençoado Rego que tanta moral envias a Tomás e a Marcelo escondidos além Atlântico...

Boa informação, só a tivemos quando Raul Rego era ministro e Spínola velava pela liberdade...

ABSTINÊNCIA MINISTERIAL

Soares e Zenha não têm comparecido às reuniões do Conselho de Ministros em virtude «da discriminação de que tem sido alvo o PS».

Lá perdemos as esperanças de ver sair uma loi que permita aos divorciados casarem-se outra vez...

Mas os ministros parecem que até têm desculpa, uma vez que se têm deitado tarde, a dançar e a cantar ali para os lados do Camões; só que se arriscam a perder o ano por faltes e depois queixam-se do professor...

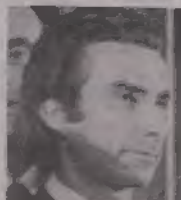
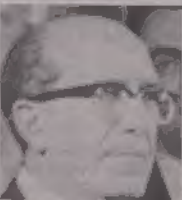
OS BONS DOS AMERICANOS

Na semana passada Ford e Kissinger manifestaram-se preocupados com a situação política em Portugal. Não há dúvida que os altos esportes norte-americanos andam cheios de enxaqueças. Pudeira, não admira: Vietname, Camboja, Laos, tudo de seguida!

O «auxílio» a prestar ao nosso país deve estar a ser estudado com cuidado, como o foi, em Chile.

Mas e tretanto vão-se visitando os amigos, como o velho Franco, aqui da vizinha Espanha, onde os fascistas ainda se passem pelas ruas em saudação nazi.

É verdade: para quando a esperada cimeira Franco-Carrero Blanco?

uma crise - 4 opiniões

As particularidades da crise da dominação da burguesia capitalista em Portugal ditam as suas regras, nas declarações dos partidos burgueses, no jogo entre as cúpulas partidárias, nas contradições no seio do MFA nas próprias dificuldades das organizações revolucionárias em definirem uma clara perspectiva de avanço para o socialismo que terá necessariamente de respeitar a liberdade e os órgãos do poder popular, e de desrespeitar sem pela a liberdade e o poder dos patrões e de todos os exploradores.

Quatro acontecimentos, cada qual com a sua importância, dominaram nesta «semana política» a rádio e os jornais e, portanto, despertavam a atenção de muitos trabalhadores deste País. Elas reflectem assim, por um lado:

A) O PÂNICO DAS FORÇAS CAPITALISTAS**O caso «República»**

A culminar o «processo República», o PS realizou no sábado um comício em que «denunciou» a falta de liberdades e a ditadura que estaria a ser imposta com o apoio do MFA; e Raul Rego, dirigente do PS, numa entrevista ao jornal brasileiro «Globo», afirmou que «nem no tempo de Salazar sofria tantas pressões» e que os «militares julgam que sabem tudo, mas não sabem nada».

Novo secretário-geral do PPD

«O PPD não é um partido de direita» afirmou Emídio Guerreiro após a sua eleição para o cargo de secretário-geral e que «com efeito o PPD é um verdadeiro partido de esquerda que deseja transformar a sociedade capitalista num verdadeiro

socialismo humanista».

Quer as primeiras quer as segundas afirmações têm um mesmo sentido: o pânico das forças capitalistas, por mais «europeias» e progressistas que se apresentem, perante o avanço do processo revolucionário em Portugal, em que cada vez mais a alternativa se deixou de pôr entre fascismo ou democracia burguesa à europeia por se pôr claramente entre reacção capitalista ou revolução socialista! E é isto que o sector progressista vai compreendendo: que esta opção — a revolução socialista — obriga a uma clara marginalização dos partidos burgueses social-democráticos. E é isto que estes partidos temem e que os leva a fazer as mais «estranhas» afirmações acusando o MFA disto e daquilo. Temem ser marginalizados por aquilo que neste momento, para o avanço do processo, se torna inevitável — uma articulação revolucionária do MFA com o movimento popular de massas. Temem porque sabem que só na democracia à «europeia», só nas dos jogos de cúpulas, só nos «Governos», só em eleições burguesas, podem sobreviver. Temem porque sabem que se o Governo efectivo deste País se fizer através de uma intervenção do MFA e dos soldados e marinheiros, com órgãos do poder popular (com moradores, com trabalhadores), eles têm os seus dias contados. Temem porque sabem que quando os trabalhadores elegem os seus representantes nos seus próprios locais de trabalho e habitação raramente se enganam e sabem distinguir entre os seus amigos e os seus exploradores.

E assim desde o PPD ao PS todos se afirmam «socialistas», mas em «liberdade» contra todas as ditaduras! A este respeito talvez valha a pena citar o grande teórico do socialismo. K. Marx,

quando já em 1852 afirmava: «o que eu trouxe de novo foi demonstrar: 1.º que a existência de classes está unida a determinadas fases históricas do processo de produção; 2.º que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3.º que as mesmas ditaduras não é mais do que o trânsito para a abolição de todas as classes, por uma sociedade sem classes» — carta a Weideweyer.

Sempre na história coexistiram no tempo a ditadura e a democracia, a liberdade e a opressão. Com Salazar e Marcelo os fascistas e os seus amigos viviam em democracia e liberdade — diziam e faziam o que queriam, enquanto a grande maioria do povo vivia em opressão e ditadura. Nas democracias burguesas da Europa, na França e na Alemanha, os patrões fazem e mandam como querem, em perfeita liberdade, enquanto os trabalhadores se não são imediatamente reprimidos sofrem a ditadura e a opressão da exploração nas fábricas, por terem que vender diariamente a sua força de trabalho. É a isto que Raul Rego e Emídio Guerreiro chamam «socialismo» e é esta a «liberdade» que defendem.

Enquanto existirem classes, onde há liberdade há opressão, onde há democracia há ditadura. No fascismo e nas democracias burguesas a liberdade e a democracia é a dos exploradores, dos patrões.

A sociedade que as forças revolucionárias como o MES defendem e em que o sector progressista do MFA está empenhado, a sociedade socialista, existe a máxima liberdade para todos os trabalhadores e a repressão e a ditadura para os exploradores e os patrões, não os deixando maquinar os seus golpes contra-revolucionários. É esta ditadura que o PS e o PPD temem.

B) AS CONTRADIÇÕES E OS AVANÇOS**A Assembleia do MFA e as declarações de Otelo**

Corroborando o que atrás dissemos Otelo Saraiva de Carvalho diria no intervalo da Assembleia do MFA de 2.ª-feira: «para a social-democracia qual é o interesse em deixar construir um verdadeiro socialismo? Não tem interesse nenhum nisso, antes pelo contrário, porque a social-democracia europeia é uma capa velada do capitalismo internacional». Mas para se avançar para o tal «verdadeiro socialismo» necessário se torna marginalizar sem medos essas forças sociais-democratas, avançar para uma integração revolucionária do MFA com o movimento popular de massas, criar o exército popular. Só assim aquelas afirmações e as decisões propostas no MFA farão barrar decisivamente o caminho à reacção capitalista.

A NATO não incomoda Portugal?

Mas, num momento de crise acesa como o que vivemos, não se trata apenas de detectar os inimigos internos, mas de estar consciente que o imperialismo espreita para desbaratar os seus golpes. Pinheiro de Azevedo, à chegada a Bruxelas, afirmou, que, «Portugal não incomoda a NATO» e, portanto, a NATO não incomoda Portugal! A NATO é um braço armado do imperialismo internacional, mais que comprometido no apoio à política colonial do fascismo, metido em todos os «mexericos» reacçãoários.

Se o MFA está de facto disposto a avançar para o tal socialismo tem de avançar para uma clara perspectiva de independência social económica e política. Se querem o socialismo — **PORTUGAL FORA DA NATO! A NATO FORA DE PORTUGAL!**

Esquerda Socialista

Journal semanal — todas as 4.ªs-feiras

Propriedade do Movimento da Esquerda Socialista

Administração — Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 55 20 33

Composição e Impressão
Renascença Gráfica, S.A.R.L.
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

apoiemos

Avanguardia operaia il manifesto

Em Itália foi aberto um inquérito pelos tribunais à «Avanguardia Operaia», organização revolucionária da esquerda não reformista, sob a acusação de desenvolver actividades subversivas.

Esta ofensiva da burguesia italiana, comandada pelo partido fascizante da democracia cristã aparece no momento em que grupos neofascistas provocam em Itália uma escalada de violência. Com efeito neste mês já foram assassinados na rua vários militantes de esquerda, nomeadamente um do Partido Comunista Italiano e outro da organização «Lotta Continua».

Pois apesar de se saber perfeitamente bem quem são os verdadeiros provocadores, quem é que de facto se está armando para intimidar os movimentos revolucionários, embora a própria polícia italiana saiba onde se escondem os que usam a violência, são os partidos revolucionários como a «Avanguardia Operaia» que são atacados pelos tribunais burgueses.

E porque?
Porque hoje em Itália assiste-se a uma enorme ofensiva popular antifascista e anticapitalista,

que parte das fábricas e dos quartéis para ameaçar o poder da burguesia. E essa ofensiva popular, que a pouco e pouco vai crescendo, tem sido impulsionada por várias organizações de esquerda de entre as quais se destaca a «Avanguardia Operaia».

A «Avanguardia Operaia» juntamente com o P. D. U. P. (Partido de Unidade Proletária para o Comunismo) e a «Lotta Continua», lançou uma campanha ludente a ilegalizar o Movimento Social Italiano, partido que se afirma neofascista e admirador de Mussolini.

Este grupo é um partido permanente para os trabalhadores italianos, uma vez que é um grupo armado cujas actividades terroristas (das quais se salientam assaltos a sedes dos partidos de esquerda e ataques violentos contra militantes progressistas italianos) tem sido acanhadas pela Democracia Cristã que é o partido mais importante da burguesia italiana. As ligações entre os dois grupos reaccionários são bastante íntimas uma vez que o M. S. I. serve fundamentalmente para fazer e dizer aquilo que o P. D. C. italiano não pode dizer nem fazer às claras. Além disso, o M. S. I. serve para assustar os trabalhadores — «se fa-

zem muito barulho, a Democracia Cristã sai e entra em nós. E depois será muito pior!» Mas ou menos o que acontece entre o C. D. S. e o P. D. P. S.

Por estas razões e porque os italianos sabem bem o que é o fascismo, já que o sentiram bem duro na carne, a campanha para por o M. S. I. fora da lei tem tido um enorme apoio junto dos trabalhadores.

O Partido Socialista, que felizmente é bastante menos oportunista que o português, não se pronunciou, mas alguns dos seus militantes, por vezes colocados em postos importantes como o presidente da Câmara de Milão, subverteram o projecto de ilegalização que terá de ser apreciado pelo Parlamento italiano. Também muitas células de base do Partido Comunista Italiano se mostraram favoráveis à iniciativa, embora a cúpula do Partido a recusasse.

O apoio popular que o projecto tem tido é reflexo da crise geral por que passa a sociedade italiana.

Perante os baixos salários e o brutal aumento do custo de vida, que só piora as já difíceis condições de vida dos trabalhadores, cada vez mais sujeitos à intensificação da exploração de que são vítimas, vai aparecendo um movimento popular e revolucionário.

A burguesia amedrontada começa por perseguir as vanguardas revolucionárias. Hoje é a «Avanguardia Operaia» que se tem distinguido por um grande trabalho de organização junto dos trabalhadores, principalmente nas fábricas e dentro dos quartéis. Pouco a pouco as organizações reformistas vão-se afastando da revolução e os trabalhadores logicamente afastam-se delas.

O ataque hoje perpetrado pela Democracia-Cristã, por meio dos seus tribunais (que não

são, nunca foram nem nunca serão independentes) contra a «Avanguardia Operaia» tem como argumentos factos inventados pelos juizes, que afirmam que «Avanguardia Operaia» seria uma organização subversiva.

Nesta campanha alinha também o «Corriere della Sera» espécie de «Expresso» italiano, que não hesita, como o seu gêmeo português em lançar e fazer eco das calúnias lançadas contra «Avanguardia Operaia». O que não é de admirar!

A tentativa de se suspender uma das mais fortes organizações revolucionárias italianas, com uma grande capacidade de organização e que, apesar de bem recente, constituir já uma ameaça para o poder «sem sobressaltos» da burguesia, é o primeiro passo dado pelos reaccionários italianos. Que tom como fim ameaçar e amedrontar os revolucionários italianos que tem um clima que não favoreça um voto na esquerda nas próximas eleições. Com efeito a aliança feita entre o P. D. U. P. e «Avanguardia Operaia» para as próximas eleições pode vir a ser desacreditada com um processo que é estrategicamente aberto uns meses antes do acto eleitoral (marcado para Junho próximo) e que, depois das eleições, será esquecido numa gaveta, sem se provar nada... porque nada se poderia provar.

O M. E. S. denuncia esta manobra da burguesia italiana, e do Partido da Democracia Cristã, comandada pelos mesmos patrões imperialistas que guiam a burguesia portuguesa e os seus partidos (P. P. D. P. S.) e manifesta o seu apoio internacionalista à organização comunista «Avanguardia Operaia» e à luta dos trabalhadores italianos contra o fascismo e o capitalismo.

Portugal-Itália — morte ao fascismo

OS DEFENSORES DA LIBERDADE

De facto coisas «estranhas» se passam nas patinas das liberdades democráticas (burguesas). Com os fascistas do M.S.I. (a cabeça, com a protecção da Democracia Cristã e o apoio do Partido Comunista Italiano os camaradas da Organização Comunista Avanguardia Operaia e do Partido de Unidade Proletária para o Comunismo) foram excluídos da utilização da Rádio e da TV na actual campanha eleitoral italiana. Esta decisão foi tomada pela Comissão Parlamentar de Vigilância para a Rádio e a TV e refere-se à campanha em curso para as eleições administrativas à qual aqueles duas organizações revolucionárias apertariam, em numerosas regiões, listas unitárias («Democracia Proletária») e noutras, listas de organização.

É assim que aqueles que, de várias maneiras, protestaram contra a suspensão do P.D.C. português exercem, no seu país, a liberdade democrática!

É ainda de notar até onde vai a capitulação do P.C.I. no seu «compromisso histórico» com a D.C. e a sua coerência anti-revolucionária.

Estes acontecimentos vêm num momento em que se dá mais uma ofensiva generalizada do capital em crise contra os avanços da classe operária e suas organizações revolucionárias. Com o profundo apoio de massa que a campanha para o M.S.I. fora-da-lei está a ter na classe operária, a burguesia criou já instrumentos legais de repressão generalizada, como a recente lei da polícia à qual o P.C.I. para não estragar o compromisso que julga possível com a C. D., nem sequer opôs a sua tradicional tática parlamentar de obstrução.

Por outro lado tentou-se lançar uma campanha de descredito sobre as organizações revolucionárias. É assim que aparece a tentativa policial e provocatória de implicar a Avanguardia Operaia em supostos organizações paramilitares subversivas, ao mesmo tempo que se fazia buscas em casas de camaradas, não só da A. O., mas também do P.D.U.P. e Lotta Continua.

Nós não protestamos porque «sabemos que não vale a pena. Não reafirmamos a nossa solidariedade especialmente com a A.O. a quem se tenta angustiar, porque sabemos que é a princípio da luta de classes que essa solidariedade se afirma e os nossos camaradas italianos sabem-no também.

Pensamos que o melhor é termos claramente a verdadeira face da liberdade da burguesia, percebemos o que pretendem aqueles que dizem não saber o que é a liberdade burguesa e a liberdade proletária o que se conhecem a LIBERDADE. A resposta que merecem e o apoio aos camaradas italianos está no avanço do processo revolucionário em Portugal.

ULTIMA HORA

Nota: Já depois de incluída esta nota no jornal sabemos que a Comissão de Vigilância reconsiderou a sua decisão quanto à participação das listas «Democracia Proletária» na Rádio e TV.

Isto aconteceu depois de numerosos protestos de várias associações de profissionais dos meios de comunicação social.

A Democracia Cristã tenta, depois de ler apoiado a medida, recuperar a decisão, fazendo crer que foi ela a conseguir esta «conquista democrática».

MORTE



AO FASCISMO!

Teses divulgadas pela organização italiana "Il Manifesto", para servirem de base a uma discussão entre as organizações da esquerda revolucionária, no intuito da sua aproximação ou eventual unificação

Forjar um projecto revolucionário adequado à situação concreta

1 — Desde há muitos anos que a esquerda italiana e europeia se vê privada de uma estratégia clara e coerente. Entraram em crise as duas hipóteses principais sobre que se formou historicamente toda a esquerda ocidental: a **hipótese reformista**, sustentada não tanto pela miserável social-democracia italiana, mas pelas grandes social-democracias da Europa do Norte; e a **hipótese** que se pode dizer **frentista**, sobre a qual cresceram os mais fortes partidos comunistas do Ocidente, após a falência da revolução dos anos 20.

A falência da social-democracia, disfarce do capitalismo

2 — A crise da estratégia reformista não respeita este ou aquele país, este ou aquele período. O próprio desenvolvimento do capitalismo moderno, sobre o qual o reformismo estabeleceu as suas cartas, faz ruir os seus pressupostos.

3 — Tornou-se evidente que a expansão económica, num quadro capitalístico, não constitui de facto a base do progresso social e civil, mas antes o compromisso. A igualdade de rendimentos, de ocupação e de poder; o pleno emprego da força de trabalho; o melhoramento das condições de vida nas fábricas e nas cidades; a instrução e a cultura de massa; a emancipação feminina e o desenvolvimento equilibrado das regiões: todos estes objectivos da sociedade do bem-estar, não só não são atingidos com o desenvolvimento económico, mas aparecem, se tanto, cada vez mais distantes. Mesmo quando a lenta acção reformista consegue corrigir a lógica do sistema em vantagem de algum destes objectivos, aquela mesma lógica já deslocou e agravou os termos do problema.

4 — A própria possibilidade de intervir no desenvolvimento capitalístico com os instrumentos do poder político não cresceu, mas tornou-se cada vez mais débil. A crise das instituições representativas, a ambiguidade entre elites democráticas e grupos monopolíticos, a desagregação clientelar dos aparelhos políticos, fazem, outrossim, que ao crescimento quantitativo da função pública na economia e na sociedade não corresponda, de facto, uma autonomia real do poder público: este é reduzido a aparelho de mediação e de compensação num mecanismo que lhe foge. Mesmo o exercício de soberania popular, com a máquina política que produz, se virou contra si próprio: tornou-se o instrumento a que recorre pontualmente o sistema, contra toda a modificação radical, como fonte contínua de estabilização.

5 — Um poder político assim integrado e debilitado encontra à frente um mecanismo económico-social cada vez mais compacto, dominado por leis objectivas cada vez menos controláveis. O crescimento de dimensão dos investimentos, e a sua longa planificação, a integração da investigação científica no aparelho capitalístico, a integração internacional do capital, dos mercados e das moedas, as interdependências sectoriais, o condicionamento do consumo e da organização civil: tudo isto impede a modi-

cação do modelo de desenvolvimento, mediante intervenções graduais e sectoriais. A qualquer intervenção que lhe altere as conveniências, o sistema reage com uma crise que valia para as cordas a lentiva reformista. Esta é a história destes últimos vinte anos de experiência de poder social-democrático. E aqui está a explicação da uniformidade substancial das linhas da desenvolvimento capitalístico, em países com direcções políticas ou sistemas jurídicos profundamente diferentes.

6 — Nem é menos evidente a falência social-democrática relativamente aos problemas internacionais. Durante muitos anos, a social-democracia cultivou a ilusão de que o impulso agressivo do capitalismo estava ligado ao seu atraso e à sobrevivência de componentes classicamente reaccionários. Hoje, tornou-se perfeitamente clara a função que tem o armamento, precisamente no equilíbrio do capitalismo maduro; tornou-se manifesta, para o capitalismo, a impossibilidade de liquidar a exploração das áreas deprimidas; tornou-se manifesto como o sistema regenera continuamente, no seu próprio interior, impulsos burocrático-militares, nacionalistas, racistas.

7 — Por todas estas razões, o reformismo já não é, desde há tempo, uma estratégia política do movimento operário. Não só deixou de ser uma variante aceitável do movimento socialista, capaz de teorizar uma superação do capitalismo, mas inclusivamente uma força política no sentido próprio. A social-democracia só sobreviveu a esta crise, transformando-se num grande aparelho de poder e de mediação de interesses corporativos, no interior do sistema dado e da sua dinâmica de desenvolvimento.

As raízes do revisionismo

(...)

17 — Se a componente revolucionária do movimento operário ocidental, grandes partidos comunistas nascidos da revolução de Outubro e do ensinamento de Lenine, protagonistas de grandes lutas de massas e de uma heróica batalha contra a ditadura reaccionária, insistiram durante tanto tempo numa estratégia defensiva e inadequada até à actual involução, não foi por tração dos chefes ou desbamento de princípios consolidados. As bases do revisionismo moderno, no Ocidente como na URSS, são objectivas.

18 — Devem ser procuradas, antes de mais, na derrota da revolução ocidental nos anos 20. Dessa derrota derivou, já a necessidade de construir o socialismo na URSS em condições de extrema dificuldade, já uma crise profunda dos partidos bolchevistas europeus, que experimentaram duramente os limites de uma acção predominantemente propagandística na expectativa de uma queda do sistema. O frentismo nasceu precisamente da absoluta necessidade de construir um alinhamento eficaz de alianças internacionais em defesa da União Soviética, e de reencontrar uma relação política real com as massas e as suas necessidades. Representou a introversão fatal de um movimento operário que não havia sabido utilizar a experiência de Outubro de modo criador, a fim de definir uma estratégia adequada à estrutura do capitalismo europeu.

19 — Mas as bases do revisionismo devem ser procuradas, sobretudo, nas modificações profundas que a crise dos anos 20 produziu no sistema capitalista. Dessas modificações, o fascismo repre-

sentou só um dos aspectos, e não o mais importante. Elas estiveram sobretudo ligadas à expansão do capitalismo de massa e às reformas do *new-deal* nos Estados Unidos da América. Foi este novo modelo de capitalismo, que se afirmou depois em todo o Ocidente, que os partidos comunistas ignoraram durante muito tempo mas com o qual se encontram ao fim e ao cabo a ajustar contas.

20 — Este modelo foi caracterizado por um impetuoso e continuado desenvolvimento das forças produtivas com uma extensa aplicação da ciência à economia, por uma crescente planificação dos investimentos, por uma forte concentração do poder económico, por uma utilização sistemática do Estado como instrumento de regulação do ciclo e de mediação das tensões sociais, por um grande desenvolvimento dos consumos estandardizados de massa, por uma crescente terciarização da economia. E tudo isto modificou profundamente muitos dos dados sobre os quais se regiam as estratégias tradicionais do movimento operário.

Uma resposta real, teórica e prática.

21 — A expectativa de uma crise catastrófica da economia, como também a expectativa de uma permanente estagnação da produção, tornaram-se vãs. Os estratos pequeno-burgueses tradicionais foram gradualmente liquidados, mas foram-se formando novos estratos sociais intermédios, privilegiados por muitos aspectos e ligados às formas do desenvolvimento monopolístico. A própria classe operária, além de representar só uma parte, por vezes decrescente, da massa trabalhadora, se diferenciou no seu interior. Multiplicaram-se os instrumentos de integração ideológica e os condicionamentos dos modelos de consumo impostos pelo sistema. As forças produtivas (ciência, técnica, capacidades profissionais, necessidades) foram profundamente influenciadas, à partida, pelas escolhas capitalistas.

22 — Por essas razões, o esquema clássico da ruptura revolucionária como intervenção de uma minoria consciente, que se insere numa situação de desagregação da sociedade e utilize as reivindicações elementares das massas para se apoderar do poder estatal e subverter a ordem da propriedade, resulta impraticável. Uma crise destas não aparece, e quando chega a perfilar-se, a maioria manifesta-se tão incerta sobre a alternativa e tão profundamente condicionada, que refula para posições moderadas e recompõe a crise. Foi sobre este dado de fundo que se edificou a hegemonia social-democrática e laborista nos países capitalistas avançados, e leva origem a progressivo abandono da hipótese revolucionária por parte dos partidos comunistas. A ideia mesma da ruptura, da crise, do recontra de sistema, apareceu-lhes sinónimo de aventura e de derrota.

23 — Eis por que deve considerar-se como totalmente inadequada uma luta ao revisionismo que precinde das suas raízes objectivas e não procure dar uma resposta aos problemas dos quais ele procede, uma luta que repropõe simplesmente um retorno aos princípios e às plataformas dos anos 21 ou da época estalinista, como se o revisionismo não fosse filho também das carencias dessas plataformas. O revisionismo não se combate negando a especificidade e a novidade da revolução da nossa época e nos países de capitalismo avançado, mas reconhecendo-as plenamente e oferecendo-lhes uma resposta real teórica e prática.

EM FRENTE PELO EXÉRCITO POPULAR!

O 25 de Abril de 1974 foi um dia de grande alegria para todos os militares, quer fossem soldados e marinheiros, quer fossem milicianos e oficiais progressistas. Nesse dia viu-se com clareza abrir-se as novas condições para a conquista pelos trabalhadores de uma vida nova, liberta da exploração e opressão de classes da burguesia.

A queda do fascismo arrastou a queda das odiosas instituições repressivas, das polícias políticas, da censura e dentro das quartéis a queda de alguns oficiais fascistas que à custa da mais feroz disciplina reaccionária mantinham um exército preparado para a repressão sobre os povos das colónias.

Uma das mais importantes conquistas do 25 de Abril foi a de abrir-se o caminho para o fim das guerras coloniais, libertando-se os povos da Guiné/Cabo Verde, Angola, Moçambique, S. Tomé e Timor, da exploração colonialista, velhos de séculos.

Ainda houve durante longos meses quem se tivesse oposto a esse processo de descolonização — principalmente Spínola, que pretendia continuar a dominar esses territórios, mas sob novas formas. Mas Spínola e CIA não tiveram força para impor isso. Tentaram o 28 de Setembro e falharam.

Os oficiais progressistas e revolucionários tomaram nas suas mãos o processo de descolonização e levaram-no a bom termo, à excepção de Angola, tendo ao mesmo tempo aberto o caminho dos povos colonizados para a independência e do povo portu-

guês para uma nova sociedade controlada em todos os aspectos pelos trabalhadores.

Durante todo este tempo sempre houve quem tivesse ideias de mandar o M.F.A., as Forças Armadas, para as casernas, pois, dizem, é lá o seu lugar.

Uma das lutas mais importantes que se tem travado desde o 25 de Abril é mesmo entre aqueles que pensam mandar as F.F.A.A. para as casernas e os que pensam que o Exército deve ter um lugar activo na luta popular, inserindo a sua acção abertamente ao lado da luta dos trabalhadores.

A primeira posição é reaccionária, a segunda é revolucionária.

O que significa o M.F.A., as Forças Armadas, o Exército, voltar para as casernas? Significa restaurar a disciplina militarista ao mesmo tempo que se levará a cabo a formação de um corpo militar profissional abertamente subordinado aos princípios burgueses de defesa da ordem interna e externa, ou seja, preparado para defender a continuação da exploração capitalista, mesmo que sob nova capa democrática ou social de mobilização, mas mantendo sempre a subordinação cega à estrutura hierárquica, sem que esta seja controlada politicamente pelos trabalhadores.

A favor destas posições jogam vários factores como o de ter acabado a guerra colonial e como consequência já não ser necessário um tão grande número de soldados incorporados nas fileiras; jogam muitas ideias que ainda persistem na cabeça de ofi-

ciais, que não entendem a dimensão histórica do processo revolucionário em que estão envolvidos e que pensam mais na sua posição individual, nos seus privilégios do que no destino de todo um povo.

A posição revolucionária assenta as suas razões na necessidade de inserir o M.F.A. e as F.F.A.A. no processo da luta de classes em curso. Assenta na análise correcta da situação nunca esquecendo a realidade dessa luta de classes.

E que nos mostra esse processo de luta de classes?

Mostra-nos que, sendo o M.F.A. e as Forças Armadas uma alavanca essencial deste processo, o seu ponto de apoio são as massas populares e a sua luta de libertação.

Se a alavanca não se levanta o processo revolucionário, mas se as massas e a sua luta sem interrupção e sempre apontada para a destruição da exploração do homem pelo homem a alavanca não faz sentido, pois, uma alavanca sem ponto de apoio não é mais do que um pau morto e sem vida.

As massas populares e a sua luta são pois o que dá vida revolucionária a este processo. A luta da classe operária e dos trabalhadores e o movimento de massas é o que deu origem, criando todo um conjunto de massas populares para um combate anti-capitalista, definindo objectivos de classes, imediatos e globais, e pois é que determina as posições do M.F.A. A luta de classes atravessa o M.F.A., instala-se no seu seio arrastando os soldados e

marinheiros para o lado dos seus camaradas trabalhadores, mostra todos os dias, melhor que qualquer escola livreira, como é necessário manter o Exército ligado ao Povo e preparado para a defesa armada da sua luta de libertação. Também os oficiais não são poupados a esta aprendizagem. Melhor que os livros — que foram obrigados a estudar na Academia — a luta dos trabalhadores, a luta das massas, ensina-lhes qual o seu verdadeiro lugar e qual o verdadeiro papel que o Exército deve tomar para que se transforme num exército revolucionário e popular ao serviço da luta de libertação.

Assim, assiste-se todos os dias a grandes lições que as massas em movimento e em luta dão a todo o corpo de um exército, soldados e oficiais, que cada vez vão compreendendo melhor que o seu lugar é no seio do Povo, destruindo os mitos ancestrais que o obscurantismo fascista instalara nas populações, fundindo-se no curso da dinâmica revolucionária com as massas populares em luta; colocando o seu potencial humano e técnico ao serviço dos trabalhadores; arguendo as estruturas de poder popular que serão o suporte organizado da longa luta de libertação que será necessário travar, dependendo, assim e só assim, se necessário for pela força das armas, o avanço irresistível dos trabalhadores para a conquista do poder.

Com os soldados, marinheiros e os oficiais revolucionários do M.F.A., construiremos o Exército Popular!

Um dos aspectos fundamentais da situação política actual é o avanço cada vez mais acentuado do M.F.A. para a tomada dos centros políticos do poder, assim como dentro do próprio M.F.A. se caracteriza pela hegemonia cada vez mais clara do seu sector progressista e revolucionário sobre todo o M.F.A.

Hoje são fundamentalmente forças civis, as que exercem uma função de manifestação contra-revolução.

Não parece que a crise actual aponte para qualquer nova tentativa de golpe contra-revolucionário e permitir novas redefinições.

Existem de facto algumas contradições no seio do M.F.A., existem sectores mais avançados e mais recuados, mas o M.F.A. tem hoje condições para as resolver e para avançar com a hegemonia dos sectores revolucionários.

Também, quanto à tendência para a hegemonia do sector militar sobre todo o poder político, é de chamar a atenção para alguns aspectos que são de primordial importância neste momento...

Das coisas que mais têm preocupado o M.F.A. é a articulação do que se designa por Povo e o M.F.A. Esta articulação, face à qual existem diversas concepções entre as várias forças políticas, não pode ser, segundo o M.E.S., feita de forma estática, como simples consagração de um conjunto de ligações entre instâncias tais como as autarquias locais — órgãos que não são efectivamente da poder dos trabalhadores, criados nas suas lutas e virados para as suas lutas.

É preciso encerrar a ligação entre o movimento popular de massas e a força política que tem grantido o avanço do processo, o M.F.A., de uma forma que dê cobertura efectiva às organizações populares nascentes no decurso deste processo, nem que para tal seja preciso criar, sob o impulso do próprio M.F.A. novas organizações populares.

Não nos parece que resolva o problema da defesa da revolução, aquilo a que se tem chamado «Comitês de Defesa da Revolução». É uma das linhas que têm surgido neste período de pré-estado qualitativo em frente o que passaria pela institucionalização de um conjunto de ligações entre instâncias administrativas, a que alguns insistem em chamar organizações populares, e o Movimento das Forças Armadas. O M.E.S. considera que não é efectivamente através dessas organizações que se consegue a tão desejada articulação. Esta articulação não é uma articulação estática.

Se ela não levar por um lado, à institucionalização do movimento popular de massas, e, por outro lado, a uma efectiva barganha à profissionalização do Exército, pode ter consequências negativas no processo.

É portanto no processo de transformação do movimento popular de massas, que se caminha por um lado para a institucionalização do movimento popular de massas e por outro para a criação daquilo a que temos vindo a chamar Exército Popular, isto é, um exército onde não haja lugar para todo um conjunto de características típicas de um exército burguês em qualquer país capitalista.

O Movimento da Esquerda Socialista é claramente contra uma ditadura militar, onde os órgãos do poder sejam ocupados estitamente por militares e em que o poder desses militares se exerça por um conjunto de organizações burocráticas.

No entanto reconhece a necessidade de uma forte concentração política e é portanto por um poder político mais forte.

EXÉRCITO POPULAR, SIM! EXÉRCITO PROFISSIONAL, NÃO!